



Caderno de Encargos

Aquisição de 4 (quatro) equipamentos para carregamento de viaturas elétricas e instalação em espaço privado do Município de Montemor-o-Velho

Ajuste Direto (nos termos da alínea d) do nº 1 do art.º 20º, do CCP aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

Disposições Gerais	4
Cláusula 1ª	4
<i>Objeto.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 2ª	4
<i>Preço base</i>	<i>4</i>
Cláusula 3ª	4
<i>Prazo de execução.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 4ª	4
<i>Representantes das partes.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 5ª	5
<i>Contrato</i>	<i>5</i>
Cláusula 6ª	6
<i>Entrega dos bens objeto do contrato.....</i>	<i>6</i>
Cláusula 7ª	6
<i>Obrigações do adjudicatário</i>	<i>6</i>
Cláusula 8ª	7
<i>Conformidade e operacionalidade dos bens</i>	<i>7</i>
Cláusula 9ª	7
<i>Garantia Técnica</i>	<i>7</i>
Cláusula 10ª	7
<i>Proteção de dados e sigilo</i>	<i>7</i>
Cláusula 11ª	10
<i>Prazo do Dever de Sigilo</i>	<i>10</i>
Cláusula 12ª	10
<i>Condições de Pagamento.....</i>	<i>10</i>
Cláusula 13ª	11
<i>Penalidades Contratuais.....</i>	<i>11</i>
Cláusula 14ª	12
<i>Força Maior</i>	<i>12</i>
Cláusula 15ª	13
<i>Resolução por parte da Entidade Adjudicante</i>	<i>13</i>
Cláusula 16ª	14
<i>Resolução por parte do Fornecedor.....</i>	<i>14</i>
Cláusula 17ª	14
<i>Seguros.....</i>	<i>14</i>

Cláusula 18ª	14
<i>Subcontratação e cessão da posição contratual</i>	14
Cláusula 19ª	14
<i>Prevalência</i>	14
Cláusula 20ª	15
<i>Comunicações e notificações.....</i>	15
Cláusula 21ª	15
<i>Contagem dos Prazos</i>	15
Cláusula 22ª	15
<i>Foro competente</i>	15
Cláusula 23ª	16
<i>Legislação Aplicável</i>	16
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	16
Cláusula 24.ª	16
<i>“Posto de carregamento”</i>	16
Cláusula 25.ª	16
Requisitos gerais	16
Cláusula 26.ª	17
Requisitos funcionais.....	17
Cláusula 27.ª	17
Mapa de quantidades e local de instalação dos equipamentos	17

PARTE I

Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de 4 (quatro) equipamentos para carregamento de viaturas elétricas (Postos de Carregamento) conforme características técnicas constantes na Parte II e respetiva instalação em espaço privado do Município.

Cláusula 2ª

Preço base

- 1- O preço base do procedimento é de 15.800,00 € (quinze mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, estão dispensados de fiscalização prévia os contratos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 46.º de valor inferior a 750.000,00€, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido.

Cláusula 3ª

Prazo de execução

O prazo de execução do presente contrato é de 3 (três) meses, a contar da data da notificação da adjudicação.

Cláusula 4ª

Representantes das partes

- 1- Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor para todos os fins associados à execução do contrato.

2- Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

Cláusula 5ª

Contrato

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP, o contrato será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua redação atual e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo Diploma Legal.

5- Sem prejuízo da sua expressa previsão no contrato, para efeitos do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 96º e 290º-A do CCP, na redação atual, a fase de execução do contrato será acompanhada por um ou mais **gestores do contrato**.

6- Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 6ª

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1- Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados em espaço privado do Município de Montemor-o-Velho, no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar da data da notificação da adjudicação.
- 2- O fornecedor dos equipamentos obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 3- Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
- 4- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7ª

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor dos equipamentos as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens objeto do presente procedimento, instalação, comissionamento e programação do DLM, no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar da data da notificação da adjudicação, considerando-se incluído as deslocações, mão-de-obra, cabo BUS para ligação do DLM, testes e programações;
- b) Obrigação de prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua prestação;
- c) Responsabilidade pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções ou realizem tarefas por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
- d) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom desempenho das prestações objeto do contrato.

Cláusula 8ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1- O fornecedor dos equipamentos obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
- 2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4- O fornecedor é responsável por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 9ª

Garantia Técnica

O fornecedor dos equipamentos fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais e obrigações em matéria relacionada com as garantias técnicas e outras garantias aplicáveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10ª

Proteção de dados e sigilo

- 1- O fornecedor adjudicatário obriga-se a respeitar a regulamentação em vigor aplicável ao tratamento de dados de carácter pessoal e, em particular, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável a partir de 25 de maio de 2018, doravante designado RGPD e a Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
- 2- O adjudicatário deverá também apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a cumprir o referido no ponto anterior e assegurar a defesa dos direitos dos titulares dos dados, obrigando-se nomeadamente a:
 - a) Tratar os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante, unicamente para a ou as finalidades que fazem parte do objeto da contratação;
 - b) Tratar os dados pessoais em conformidade com as instruções documentadas do responsável pelo tratamento;

- c) Informar imediatamente a entidade adjudicante se considerar que alguma instrução constitui uma violação do RGPD ou de qualquer outra disposição do direito da União ou do direito dos Estados Membros relativa à proteção de dados;
 - d) Garantir a confidencialidade dos dados de carácter pessoal tratados no quadro da contratação;
 - e) Garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados de carácter pessoal por força do contrato a celebrar:
 - i) Se obrigam a respeitar a confidencialidade ou que estão submetidas a uma obrigação legal de confidencialidade que seja apropriada, quer durante a vigência do contrato quer após a sua cessação, bem como quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados ou de que tenham tido conhecimento por força da relação contratual;
 - f) Tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção e por defeito, no que diz respeito aos equipamentos, ferramentas e produtos, aplicações ou serviços que utiliza;
 - g) Ajudar o responsável pelo tratamento a cumprir a sua obrigação de responder aos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados;
 - h) Notificar o Município de toda e qualquer violação de dados pessoais num prazo máximo de 24 horas após haver tomado conhecimento da mesma, através de correio eletrónico cifrado para o endereço geral@cm-montemorvelho.pt, devendo constar da mesma toda a documentação útil para permitir, se necessário, a notificação da autoridade de controlo e os titulares envolvidos;
- 3- O adjudicatário apenas poderá contratar um subcontratante ulterior com a autorização escrita por parte do responsável pelo tratamento, e no caso de tal vir a suceder, deve ser garantido, relativamente a terceiros que envolva na execução do contrato, que respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do RGPD.
- 4- O princípio da finalidade consagrado no art. 5º do RGPD determina que os dados devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades.
- 5- Se no âmbito do contrato vier a ser objeto de tratamento algum dos dados pessoais especiais ou sensíveis, previstos no artigo 9.º, n.º 1 do RGPD, o adjudicatário apenas o poderá fazer se tiver sido obtido o consentimento do respetivo titular ou for aplicável alguma das situações previstas no n.º 2 do mesmo artigo e mediante acrescidas medidas de segurança, como sejam a pseudonimização e cifragem dos dados.

- 6- Se os titulares dos dados pessoais exercerem junto do adjudicatário os pedidos de exercício dos seus direitos, deve este remeter esses pedidos através de correio eletrónico cifrado para o encarregado de proteção de dados do Município através do email geral@cm-montemorvelho.pt, no prazo máximo de 24 horas após a sua receção.
- 7- Findo o propósito legal, o adjudicatário deverá proceder à destruição/eliminação de todos os dados pessoais que tiver tratado em nome e por conta do Município, devendo comprovar junto deste essa mesma destruição/eliminação.
- 8- Compete à entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, fornecer aos titulares dos dados a informação a que respeita os artigos 12.º, 13.º e 14.º do RGPD.
- 9- Durante a execução do contrato, o adjudicatário deverá manter um registo das atividades de tratamento dos dados pessoais, nos termos do artigo 30.º do RGPD.
- 10- As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.
- 11- O adjudicante será responsável, civil e penalmente, pelo incumprimento de qualquer uma das suas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais, a qual poderá dar lugar a indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais quer relativamente ao titular dos dados quer relativamente ao responsável pelo tratamento.
- 12- O adjudicatário garantirá o sigilo absoluto quanto a todas as informações de que, no âmbito do contrato, os seus colaboradores, independentemente do título a que prestem serviços, venham a ter conhecimento, relativo a todo o tipo de funções, atividades, processos, documentos, regras e procedimentos internos designadamente, os dados relativos a processos e outro expediente, seja qual for a sua natureza, e toda a informação constante das bases de dados ou ficheiros a que tenham que aceder para cumprimento dos serviços a prestar.
- 13- A entidade adjudicante fornecerá as informações confidenciais ou pessoais que forem estritamente necessárias apenas aos colaboradores do adjudicatário diretamente envolvidos na execução do contrato e devidamente credenciados para o efeito, devendo o adjudicatário garantir que os mesmos terão conhecimento e respeitarão as obrigações decorrentes da confidencialidade das informações.
- 14- O adjudicatário e os seus colaboradores obrigam-se a respeitar a mais absoluta confidencialidade, neutralidade e descrição relativamente a todos os trabalhadores da entidade adjudicante com quem contactem.

15- Nenhum documento ou dado a que o adjudicatário tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito do contrato poderá ser reproduzido sem autorização expressa escrita da entidade adjudicante.

16- Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos equipamentos ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11ª

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao momento da adjudicação do processo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12ª

Condições de Pagamento

1- As quantias devidas pelo Município de Montemor-o-Velho, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do n.º 2 do artigo 299.º, do Código dos Contratos Públicos, após a receção pelo Município de Montemor-o-Velho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- O Município de Montemor-o-Velho deduzirá nos pagamentos a fazer ao adjudicatário, as seguintes importâncias:

a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe tenham sido aplicadas, nos termos deste Caderno de Encargos;

b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

3- Em caso de discordância por parte do Município de Montemor-o-Velho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor dos equipamentos, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou

proceder à emissão de nova fatura corrigida ou atuar de acordo com as normas contabilísticas legalmente aceites.

Cláusula 13ª

Penalidades Contratuais

1- Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do CCP, pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, o Município de Montemor-o-Velho pode exigir do fornecedor dos equipamentos o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação do serviço objeto do Contrato, até 10% do preço contratual;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade da prestação do serviço, até 30% do preço contratual e em último caso a resolução do próprio Contrato;

2- A Entidade Adjudicante pode ainda exigir ao Adjudicatário o pagamento de penas pecuniárias decorrentes das regras gerais de direito pelo incumprimento das demais Obrigações, designadamente as dispostas no presente CE, às quais ficará vinculado no decorrer do contrato, até 10% do preço contratual em função da gravidade do incumprimento.

3- Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do fornecedor dos equipamentos, o Município de Montemor-o-Velho, pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30%.

4- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos materiais objeto do Contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

5- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Montemor-o-Velho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

6- O Município de Montemor-o-Velho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Montemor-o-Velho exija uma indemnização pelo dano excedente.

8- A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 14ª

Força Maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor dos equipamentos, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior os seguintes casos:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, o Município de Montemor-o-Velho pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor dos equipamentos violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Atraso, total ou parcial, no fornecimento dos bens objeto do Contrato, superior a 1 mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
- b) Atraso na prestação do serviço conforme prazo de execução previsto na cláusula 13ª do presente caderno de Encargos;

2- O exercício do direito de resolução pela entidade adjudicante previsto no número anterior não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais do direito.

3- O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor dos equipamentos e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Montemor-o-Velho.

4- A resolução do contrato é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

5- A entidade adjudicante reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que haja desrespeitado os agentes da entidade adjudicante, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes ou que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres.

Cláusula 16ª

Resolução por parte do Fornecedor

O fornecedor dos equipamentos pode resolver o contrato nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 17ª

Seguros

1- É da responsabilidade do fornecedor dos equipamentos a cobertura de riscos através dos seguintes contratos de seguro:

- a) Responsabilidade civil;
- b) Acidentes pessoais;
- c) Equipamentos afetos ao fornecimento dos bens e instalação;
- d) Outros seguros que se mostrem necessários ao fornecimento dos bens e instalação.

2- O Município de Montemor-o-Velho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor entrega-la no prazo 2 dias.

3- Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 18ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor dos equipamentos e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19ª

Prevalência

As normas do presente Caderno de Encargos e Convite prevalecem sobre quaisquer normas com elas desconformes.

Cláusula 20ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21ª

Contagem dos Prazos

- 1- Os prazos previstos no Contrato contam-se do seguinte modo:
 - a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
 - b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo, finda no último dia desse mês;
 - d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 22ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal agregado e/ou de Círculo da área de circunscrição geográfica da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23ª

Legislação Aplicável

- 1- O Contrato é regulado pela Legislação Portuguesa.
- 2- A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

PARTE II

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Cláusula 24.ª

“Posto de carregamento”

1. Nas presentes especificações utiliza-se o termo “posto de carregamento” como uma infraestrutura que permite o carregamento das baterias dos veículos elétricos.
2. Os quatro postos de carregamentos a adquirir deverão ser do tipo semirrápido em AC, GEMINUS, ou equivalente, ou seja quatro Postos Carga Geminus 2x22kW + 1 DLM + 1 Contador.

Cláusula 25.ª

Requisitos gerais

1. Devem ser fornecidos manuais de instalação dos equipamentos referidos na Cláusula anterior;
2. Devem ser fornecidos manuais de operações dos equipamentos;
3. Devem ser fornecidas todas as atualizações de firmware ao longo de um período não inferior a 2 anos;
4. Deverá ser realizada uma sessão de formação para utilização e manutenção corrente dos postos;
5. No valor total dos quatro equipamentos deverá estar incluído o transporte, instalação, parametrização e ensaios do equipamento, para que os mesmos fiquem a funcionar

corretamente.

Cláusula 26.ª

Requisitos funcionais

1. Para o correto funcionamento dos equipamentos, deverão estar contempladas as respetivas conetividades, protocolo de comunicação e interfaces com o utilizador para fornecer informações sobre o processo de carga.
2. Os postos deverão medir a energia consumida ao longo do carregamento e enviá-la em períodos mínimos de 15 minutos, através de contadores de energia integrados nos pontos de carregamento e em acordo com os requisitos da diretiva MID, bem como deverão estar ligados a um Software de DACK END onde será possível verificar/registar todas cargas efetuadas por posto, utilizador e/ou veículo.
3. Os equipamentos deveram possuir também um sistema RFID para desbloqueio das tomadas e possibilitar a carga e ligação Hi-fi a um sistema DACK END.
4. Os postos deverão contemplar leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A de modo a permitir a identificação dos utilizadores, através dos cartões.
5. Os postos de carregamento deverão estar em conformidade com a legislação europeia e com as normas europeias harmonizadas, exibindo marcação CE, no que se refere à segurança dos equipamentos.
6. Os postos de carregamento deverão possuir 2 tomadas Tipo 2 AC, de 32 amperes, trifásicas, de acordo com a norma IEC 62196-2, bem como possibilitar a conexão a um sistema DLM.
7. Os postos de carregamento instalados no espaço provado do Município deverão permitir o carregamento semirrápido de qualquer veículo elétrico compatível com tomadas Tipo 2 AC, de 32 amperes, trifásicas.
8. Cada equipamento deverá permitir o carregamento, em simultâneo, de 2 veículos elétricos.
9. Os postos de carregamento deverão ser novos e estar em conformidade com a legislação aplicável na matéria em causa.

Cláusula 27.ª

Mapa de quantidades e local de instalação dos equipamentos

Fornecimento e montagem de 4 equipamentos tipo GEMINUS (Postos Carga Geminus 2x22kW

+ 1 DLM + 1 Contador), ou equivalente e respetiva instalação em espaço privado do Município de Montemor-o-Velho.

Montemor-o-Velho, _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão